CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CAROLINE ZANCANARO LEHNEN

EDUARDA BARBOSA XAVIER

HUGO BERNARDES DAMASCENA

CONSERVADORISMO CONTÁBIL CONDICIONAL: ANÁLISE ENTRE BANCOS COMERCIAIS E COOPERATIVAS DE CRÉDITOS NO BRASIL

GOIÂNIA

JUNHO DE 2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CAROLINE ZANCANARO LEHNEN

EDUARDA BARBOSA XAVIER

HUGO BERNARDES DAMASCENA

CONSERVADORISMO CONTÁBIL CONDICIONAL: ANÁLISE ENTRE BANCOS COMERCIAIS E COOPERATIVAS DE CRÉDITOS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), sob a orientação do Prof. Me. Guilherme Domiciano Ferreira.

Orientador: Prof. Me. Guilherme Domiciano Ferreira

GOIÂNIA

JUNHO DE 2022

CAROLINE ZANCANARO LEHNEN

EDUARDA BARBOSA XAVIER

HUGO BERNARDES DAMASCENA

CONSERVADORISMO CONTÁBIL CONDICIONAL: ANÁLISE ENTRE BANCOS COMERCIAIS E COOPERATIVAS DE CRÉDITOS NO BRASIL

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi analisado e julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovado em sua forma final pelo Orientador e Banca Examinadora designada pelo Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA).

_____

Prof. Me. Guilherme Domiciano Ferreira

Aprovado em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Ma. Denise Fernandes do Nascimento – UNIALFA

Esp. Larissa de Souza Costa – UNIALFA

GOIÂNIA

JUNHO DE 2022

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, aos nossos familiares, ao nosso orientador e a todos aqueles que nos apoiam nessa etapa da vida.

Agradecemos aos nossos pais, pelo carinho e apoio. Aos nossos mestres que nos conduziram por esta etapa da graduação. E a Deus pela vida.

Os sonhos não determinam o lugar que você vai estar, mas produzem a força necessária para tirar do lugar em que está.

Augusto Cury

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo verificar se o conservadorismo condicional em bancos comerciais e cooperativas de créditos no Brasil se comporta de maneira diferente ou similar, no período de 2015 a 2019. Esta investigação foi motivada principalmente pela lacuna existente na literatura nacional em relação a conservadorismo em cooperativas de crédito, bem como a comparação entre duas instituições financeiras que possuem naturezas jurídicas e objetivos diferentes, como é o caso das cooperativas de crédito e os bancos comerciais. Ao se tratar de estudos sobre conservadorismo em instituições financeiras supõe-se que o fato do setor sofrer alta regulação poderia ser uma motivação para o conservadorismo. Alguns estudos anteriores que envolveram conservadorismo em bancos comerciais não encontraram evidências dessa prática nas informações apresentadas, mas criou-se a hipótese de que as cooperativas de crédito possuiriam maiores níveis de conservadorismo que os bancos comerciais por possuírem diferentes exigências de seus cooperados. Para o cálculo do conservadorismo, utilizou-se o modelo adaptado de Ball e Shivakumar (2005). Os resultados demonstraram que no teste da equação 1 do modelo haveria persistência nos lucros, pois as receitas não seriam revertidas nos exercícios posteriores, já em relação ao reconhecimento assimétrico de eventos econômicos positivos e negativos não foi possível estatisticamente de se confirmar. Em relação ao teste da equação 2 do modelo, que acrescentou a variável *dummy* de cooperativas de crédito, também não foi possível estatisticamente confirmar a assimetria no reconhecimento de eventos econômicos positivos e negativos, e não foi possível encontrar diferenças estatísticas entre os coeficientes das duas equações, não sendo possível então, confirmar que cooperativas de crédito e bancos comerciais possuem níveis de conservadorismo diferentes. Pode-se concluir que por se tratar de um setor altamente regulamentado e por haver uma necessidade de entrega de bons resultados para os acionistas e cooperados, ambas as entidades não se utilizam do conservadorismo em seus resultados.

Palavras chaves: Conservadorismo, Instituições Financeiras, Cooperativas de Crédito, Bancos comerciais.

ABSTRACT

This research aimed to verify whether conditional conservatism in commercial banks and credit unions in Brazil behaves differently or similarly, in the period from 2015 to 2019. This investigation was mainly motivated by the gap in the national literature regarding conservatism in credit unions, as well as the comparison between two financial institutions that have different legal natures and objectives, such as credit unions and commercial banks. When dealing with studies on conservatism in financial institutions, it is assumed that the fact that the sector is highly regulated could be a motivation for conservatism. Some previous studies involving conservatism in commercial banks did not find evidence of this practice in the information presented, but it was hypothesized that credit unions would have higher levels of conservatism than commercial banks because they have different requirements from their members. To calculate conservatism, the model adapted from Ball and Shivakumar (2005) was used. The results showed that in the test of equation 1 of the model there would be persistence in profits, as the revenues would not be reversed in subsequent years, whereas in relation to the asymmetric recognition of positive and negative economic events it was not statistically possible to confirm. Regarding the test of equation 2 of the model, which added the dummy variable of credit unions, it was also not possible to statistically confirm the asymmetry in the recognition of positive and negative economic events, and also, it was not possible to find statistical differences between the coefficients of two equations, so it is not possible to confirm that credit unions and commercial banks have different levels of conservatism. It can be concluded that because it is a highly regulated sector and because there is a need to deliver good results to shareholders and cooperative members, both entities do not use conservatism in their results.

Keywords: Conservatism, Financial Institutions, Credit Cooperatives, Commercial Banks.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Descritivas De Bancos E Cooperativas.....37
Tabela 2 – Teste Correlação De Spearman.....37
Tabela 3 – Teste De Normalidade De Shapiro-Wilks.....38
Tabela 4 – Fatores De Inflação Da Variância.....38
Tabela 5 – Análise Descritivas De Bancos E Cooperativas Sem Outliers.....40
Tabela 6 – Regressão Equação 1 Do Modelo De Ball E Shivakumar (2005).....41
Tabela 7 – Regressão Equação 1 Separado Entre Bancos E Cooperativas.....42
Tabela 8 – Regressão Equação 2 Do Modelo De Ball E Shivakumar (2005).....43
Tabela 9 – Soma Dos Coeficientes Das Equações 1 E 2 Do Modelo.....43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

BACEN – Banco Central do Brasil

COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FASB – Financial Accounting Standards Board

IASB – Internacional Accounting Standards Board

RS – Retorno Simples

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População e modelos utilizados na literatura.....31
Quadro 2 – Resumo da Metodologia.....32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 17
2.1 CONSERVADORISMO CONTÁBIL 17
2.2 MODELOS ECONOMÉTRICOS PARA CONSERVADORISMO 20
2.3 CONSERVADORISMO X INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 24
3 MÉTODOLOGIA 31
3.1 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA E TRATAMENTO DOS DADOS 31
3.2 MODELOS EMPÍRICOS 33
3.3 DADOS EM PAINEL 34
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS 36
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA 36
4.2 RESULTADOS DA REGRESSÃO 39
5 CONCLUSÃO 44
REFERÊNCIAS 46

1 INTRODUÇÃO

A informação contábil tem um importante papel na redução da assimetria informacional, possibilita aos usuários da informação identificar oportunidades de investimentos com mais assertividade, auxilia no monitoramento das ações tomadas pelos gestores e viabiliza a igualdade no que tange ao conhecimento dos eventos econômicos das empresas e seus investimentos (BUSHMAN & SMITH, 2003).

Conforme o Comitê de Pronunciamentos contábeis, CPC 00 (2019) a informação contábil deve possuir algumas características qualitativas, são elas a relevância e a representação fidedigna. A relevância está ligada a fazer a diferença para a tomada de decisões, já a representação fidedigna está ligada a outras três características, ser completa, neutra e isenta de erros. Por sua vez a neutralidade seria uma informação sem viés, ou seja, não possuir inclinações e tendências. Porém, a neutralidade é apoiada na prudência, que seria o uso da cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza.

Por vários anos o Princípio da Prudência esteve presente nas normas e práticas contábeis e essa característica voltou após a revisão no CPC 00. Por vários pesquisadores (PAULO *et al*, 2008; SANTANA *et al*, 2016; GONÇALVES *et al*, 2020) a prudência e o conservadorismo seriam sinônimos, no que tange a uma característica da contabilidade.

O conservadorismo é dividido em duas categorias, condicional e incondicional. O incondicional é relacionado à escolha do menor valor de ativos e receitas e maior valor para passivos e despesas, suportados pelos princípios e normas contábeis, e estaria ligado à prudência (COELHO, 2007; DEGENHART, BECKHAUSER & KLANN, 2018).

Já o conservadorismo condicional estaria ligado a um enviesamento de eventos econômicos negativos sendo reconhecidos mais rapidamente que os eventos positivos (BASU, 1997; AHMED *et al*., 2002; BALL & SHIVAKUMAR, 2005; BROWN JR, HE & TEITEL, 2006).

Para Lopes (2002) a utilização do conservadorismo torna as informações contábeis mais claras para os usuários dessa informação, ou seja, não possuem um

otimismo exagerado. Nesse estudo, o foco será no conservadorismo condicional, justamente por ser o tipo que contém viés de informação de um gestor para outro.

Para Basu (1997), o conservadorismo é definido como a tendência dos contadores em exigir maior grau de verificação para reconhecer boas notícias, possíveis ganhos econômicos, do que más notícias, possíveis perdas.

O uso do conservadorismo seria uma prática que reduziria a assimetria informacional entre a relação agente-principal, principalmente no que tange aos fluxos de caixas futuros (AHMED *et al*, 2002; WATTS, 2003; ZHANG, 2008; FRANCIS *et al*.,2013; PASSOS & COELHO, 2019;).

Segundo Guo *et al* (2020) o conservadorismo possibilita que as partes interessadas reduzam seus riscos através dessa avaliação tendenciosa, quando há a aceleração dos eventos econômicos negativos. Para os autores, há também um benefício para a sociedade como um todo ao se utilizar do conservadorismo condicional em relatórios financeiros, pois iria mitigar os riscos de uma bolha no mercado de ações.

Para Watts (2003) e Zhang (2008) a redução da assimetria informacional acontece, pois, ao praticar o conservadorismo a empresa restringe e inibe decisões oportunistas dos gestores e, assim, torna os dados contábeis com menor viés de decisão.

Destaca-se que o conservadorismo contábil tem uma função importante nos conflitos entre acionistas e gerentes, auxiliando na redução dos custos de agência (Ahmed *et al*, 2002; Ahmed & Duellman, 2007; Guo *et al*, 2020). Para Watts (2003) e Zhang (2008) a redução da assimetria informacional acontece, pois, ao praticar o conservadorismo a empresa restringe e inibe decisões oportunistas dos gestores e, assim, torna os dados contábeis com menor viés de decisão. Para Ball e Shivakumar (2005), o conservadorismo condicional pode ser usado a fim de aumentar a eficiência de contratação de créditos, pagamento de remunerações e governança corporativa, sendo assim, um indicador positivo de qualidade da informação contábil.

Para Levine (2004) o conservadorismo condicional seria um mecanismo utilizado pelas empresas para reduzir a sua exposição ao risco de sanções junto aos órgãos reguladores. Entre os setores que têm essa demanda por atender a essa regulação está o setor bancário, que segundo Levine (2004) sofre uma grande pressão por estar em conformidade com essas normas.

Nichols, Wahlen e Wieland (2009) acreditam que devido ao elevado grau de assimetria de informação dos bancos e sua relação ao risco, haveria uma demanda de informações menos otimistas (conservadoras) dos seus resultados.

Nesse sentido, o sistema bancário apresenta características específicas e necessárias para o equilíbrio financeiro no mercado, devido ao seu papel vital na intermediação financeira (DANTAS *et al*, 2013). Segundo Cunha et al (2016) para o setor bancário o conservadorismo condicional é relevante e bastante utilizado para aumentar a confiança e a credibilidade ao mercado.

O conservadorismo condicional pode garantir segurança a todo o sistema financeiro e, muitas vezes, a economia do país como um todo, proporcionando mais confiança à sociedade e ao mercado, afinal, um eventual problema de insolvência poderia afetar os demais setores econômicos (DANTAS *et al*, 2013; ALMUTARI & QUTTAINAH, 2019).

Nesse sentido, a prática conservadora de reconhecimento de perdas em tempo hábil reduz os riscos dos credores (ZHAO *et al*, 2014). Os autores identificaram que as instituições bancárias com maior conservadorismo obteriam maior quantidade de empréstimos a juros baixos e prazos maiores.

Todavia o setor financeiro brasileiro tem evoluído e se diversificado entre bancos comerciais e cooperativas de crédito. O cooperativismo de crédito tem crescido no Brasil, segundo dados do Banco Central (2020) o número de cooperados aumentou 175% de 2010 a 2019, alcançando a marca de mais de 11 milhões.

Também, destaca-se que as cooperativas de crédito são responsáveis por aumentar a democratização do crédito, através de taxas mais baratas e auxiliar no desenvolvimento local onde estão inseridas, seja pela geração de empregos ou pela concessão de créditos (BRESSAN *et al*, 2015).

Uma das principais diferenças no que tange as cooperativas de crédito e bancos comerciais é que, os clientes das cooperativas são também os proprietários, pois são cooperados e as sobras (lucro) são reinvestidas ou distribuídas para eles.

As cooperativas têm a mesma exposição ao risco dos bancos que operam no setor financeiro. Mas além dos riscos inerentes do setor, a cooperativa de crédito tem a preocupação com o público interno e externo, que são os *steakholders*, pois os cooperados exercem tanto o papel de sócio como o de cliente da entidade, além de constituir parte do conselho administrativo da entidade (ALMEIDA *et al*, 2018).

Diferente dos bancos comerciais que por diversas vezes tendem a prestar contas em especial aos *shareholders*.

Com base nas diferenças apresentadas surge a seguinte pergunta de pesquisa: qual a relação do conservadorismo condicional entre bancos comerciais e cooperativas de créditos do Brasil?

Como objetivo principal, a pesquisa busca verificar se o conservadorismo condicional em bancos comerciais e cooperativas de créditos no Brasil se comporta de maneira diferente ou similar.

Devido ao papel vital exercido pelas instituições financeiras para o funcionamento da economia, o setor deveria ter naturalmente uma maior preocupação por parte dos pesquisadores, porém sobre o conservadorismo e cooperativas de crédito pouco se há produzido. O trabalho de Ferreira et al (2020) analisou o panorama das pesquisas que utilizam as métricas de qualidade da informação em cooperativas, foi verificado que no período de 2010 a 2020, a predominância das pesquisas estaria ligada a gerenciamento de resultados e não haveria pesquisas com conservadorismo. Os autores identificaram que o ramo das cooperativas que se destacaram com maior número de pesquisas foi o de crédito e supõe que esse destaque se deve pela disponibilização dos dados ser maior nesse ramo devido a regulamentação e por essa área estar bastante ligada a gerenciamentos de resultados.

Posterior a pesquisa de Ferreira (2020), Diniz (2020) analisou qualidade da informação contábil em cooperativas de crédito, dentre as métricas estava o conservadorismo e segundo os resultados encontrados as cooperativas de crédito, no período de 2000 a 2018 teriam comportamento conservador, os autores ainda destacaram que cooperativas maiores seriam mais conservadoras que as pequenas.

Por se tratar de um setor altamente regulamentado, acredita-se que o ambiente pode influenciar a utilização do conservadorismo nos relatórios contábeis, como o verificado por: Bushman & Piotroski (2006) onde a estrutura da economia, o sistema jurídico do país, as leis influenciariam o nível de conservadorismo, assim como: contratos corporativos, tributação (WATTS, 2003), conflitos sobre políticas de dividendos (AHMED *et al*., 2002), governança corporativa (AHMED & DUELLMAN, 2007) e composição do conselho de administração (BEEKES, POPE, & YOUNG, 2004).

As contribuições deste estudo têm foco tanto na literatura como na prática. Para a literatura, não foram encontrados trabalhos que comparassem os níveis de conservadorismo de bancos e cooperativas de créditos, desta forma, essa lacuna será preenchida com o desenvolvimento dessa pesquisa. Também será acrescentado a literatura discussão sobre o conservadorismo em entidades sem fins lucrativos, desta forma abriria caminhos para novas pesquisas na área.

O presente trabalho terá a seguinte estrutura no decorrer do texto: no tópico dois será o Referencial Teórico, subdivido entre Conservadorismo Contábil, Modelos Econométricos de conservadorismo e Conservadorismo x Instituições financeiras. Posteriormente será apresentado o tópico três com a Metodologia utilizada no trabalho para resposta do problema de pesquisa. No tópico quatro serão apresentados os Resultados encontrados e por fim no tópico 5 será a conclusão final da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conservadorismo Contábil

As pesquisas sobre conservadorismo contábil se iniciam por volta de 1924, com Bliss (1924). Em sua pesquisa o autor define o conservadorismo como não antecipar nenhum ganho, mas antecipar todas as perdas. Posteriormente, o Financial Accounting Standards Board – FASB (1975) na declaração de conceitos nº 2 define o conservadorismo como “a prudente reação à incerteza e os riscos inerentes às situações de negócio são devidamente considerados”.

Nessa mesma definição o FASB ainda exemplifica que se houver duas estimativas de valores a serem recebidas ou pagas no futuro e possuem a mesma probabilidade de ocorrer, o conservadorismo dita o uso da estimativa menos otimista. Porém, esta definição não deixa claro o que seria a “prudente reação” para o conservadorismo e nem explica como esse procedimento iria garantir que os riscos foram 'devidamente considerados' (GIVOLY & HAYN, 2000).

Watts e Zimmerman (1986) trazem a definição de conservadorismo como a regra de que os contadores reconheçam os ativos pelos menores valores possíveis e os passivos pelos maiores valores. E ainda que as receitas deveriam ser reconhecidas de forma mais tardia e de que as despesas fossem reconhecidas antecipadamente.

Essas definições basilares auxiliam na construção de uma concepção sobre o conservadorismo, porém não consideram o ambiente econômico e não definem os possíveis tipos de conservadorismo existentes (ZHONG & LI, 2017). No final da década de 90, Basu (1997) define o conservadorismo sob uma nova ótica, para o autor o conservadorismo seria a tendência de maior verificabilidade de boas notícias em relação às más notícias. Ou seja, os resultados contábeis iriam reportar os eventos econômicos negativos mais rapidamente do que os eventos positivos.

O conservadorismo pode ser dividido em duas categorias: não discricionário e discricionário (AHMED *et al*, 2002). Nesse sentido, Beaver e Ryan (2005) classificam o conservadorismo como: (i) conservadorismo incondicional - relacionado aos princípios e normas da contabilidade; (ii) conservadorismo condicional – relacionado e decorrente do reconhecimento de ganhos e perdas.

Sendo assim, o conservadorismo incondicional de Beaver e Ryan (2005) seria o não discricionário levantado por Ahmed et al (2002), onde o conservadorismo estaria ligado à norma e não à interpretação dos contadores, já o condicional, seria o discricionário, estaria ligado à ocorrência de um evento e a interpretação dos contadores.

Diferentes conceituações sobre o conservadorismo ajudam a explicar o porquê esse tema é um aspecto controverso na contabilidade, mesmo sendo uma prática tão antiga nessa ciência (BALL & SHIVAKUMAR, 2005). Apesar das controvérsias trazidas sobre algumas definições do conservadorismo, Lafond e Watts (2007) afirmam que o conservadorismo seria um importante mecanismo de governança corporativa que auxilia na redução das manipulações e exageros dos desempenhos das empresas por parte dos gestores.

Para Watts (2003) o conservadorismo é um eficiente mecanismo de mitigação de conflitos entre os contratos estabelecidos de uma firma, para o autor o conservadorismo nos números contábeis é uma alternativa para reduzir o risco moral com os participantes do contrato. O autor complementa alertando que, os gestores tenderiam a utilizar os dados contábeis para se favorecerem, ou seja, existiria assimetria informacional entre investidor (principal) e gestores (agente), por isso, a importância de mecanismos para a mitigação desses comportamentos oportunistas.

Alinhados com os relatos de Watts (2003), Ball e Shivakumar (2005) afirmam que as perdas devem ter um reconhecimento assimétrico e tempestivo, pois isso seria uma importante característica das demonstrações contábeis, em especial nos mecanismos de governança corporativa e na contração de dívidas.

Corroborando com essa afirmativa, Almeida (2010) acredita que o conservadorismo reduz a assimetria informacional e protegeria os acionistas de fraudes e mitigaria os riscos de agência. Com opiniões divergentes, alguns autores acreditam que o conservadorismo prejudica a qualidade da informação, pois poderia ocasionar em uma tomada de decisões equivocada (GIGLER *et al*, 2009; GUAY & VERRECHIA, 2006).

Na mesma linha, Beyer *et al* (2010) entendem que os benefícios gerados pelo conservadorismo ainda não estão fechados. Para os autores deve ser discutida a real contribuição dessa prática para o bem-estar social, bem como para as relações contratuais, visto que, o conservadorismo poderia influenciar negativamente as

avaliações de empresas e poderia acarretar efeitos negativos sobre outros fatores dos dados contábeis. Para AlAbbad (2016), a prática do conservadorismo atrasa o reconhecimento de ganhos em detrimento das perdas e isso afetaria diretamente a lucratividade e os indicadores de desempenho das empresas.

Porém, Ball e Shivakumar (2005) relatam os benefícios em relação à utilização do conservadorismo e o reconhecimento tempestivo das perdas poderia não estar claro, justamente por existir a segregação entre conservadorismo condicional e incondicional. Para os autores, a utilização do conservadorismo incondicional, ou seja, a tendência de subavaliar o patrimônio líquido, possuem uma baixa contribuição para a eficiência contratual. Entretanto, o conservadorismo condicional, seria benéfico pois, proporciona o *disclosure* do resultado da companhia (BARROS, 2015).

A previsão normativa do conservadorismo no Brasil se dava através da primeira versão do Pronunciamento Contábil Básico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Tal pronunciamento (CPC 00) citava o termo prudência que:

> [...] consistia no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados (CPC 00).

Nessa definição, entende-se que o conservadorismo incondicional teria uma previsão normativa e não haveria nenhum ponto de indicação para o conservadorismo condicional. Entretanto, na primeira revisão do CPC 00 (R1), houve a retirada do termo prudência, seguindo as recomendações do *International Accounting Standards Board* (IASB). O IASB mostra-se contrário ao conservadorismo, para o órgão, a informação contábil deve ser neutra, ou seja, livre do viés subestimado do conservadorismo. Porém, para Lara et al (2014) o órgão ignora diversas evidências empíricas que tratam dos benefícios oriundos da utilização do conservadorismo.

Em 2019, foi publicada uma nova versão do CPC 00, com isso, a prudência voltou a ser destacada dentro da norma como uma característica da representação fidedigna e com intuito de manter a neutralidade dos dados. A prudência ficou definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza, de modo a evitar a superavaliação dos ativos e receitas, bem como a subavaliação de passivos e despesas.

O conservadorismo condicional possui duas correntes principais de definições, de que seria a tendência de maior grau de verificabilidade para reconhecer ganhos em relação ao reconhecimento de perdas (BASU, 1997). Empiricamente essa exigência sobre o reconhecimento das receitas tornam os resultados persistentes, justamente onde Ball e Shivakumar (2005) elaboram seu modelo para verificação do acrescimento do lucro é persistente.

Uma segunda definição seria a máxima de postergar receitas e antecipar despesas (BLISS, 1924, *apud* WATSS, 2003), neste caso o conservadorismo seria definido como a defasagem temporal no reconhecimento de receitas e despesas (ANTUNES & MEDEIROS, 2011). Para Antunes e Medeiros (2011) a relação entre as duas definições seria: por se exigir maior verificabilidade das receitas, o reconhecimento delas tenderia a demorar. Empiricamente não há a investigação da postergação das despesas, mas sim a da antecipação das receitas, através do modelo de Basu (1997) é possível analisar se há um aumento no reconhecimento das despesas quando o mercado acionário recebe notícias de eventos econômicos ruins (retorno simples negativo).

2.2 Modelos Econométricos para Conservadorismo

Através desse tópico do referencial teórico será possível identificar como o conservadorismo tem sido mensurado, através das principais métricas utilizadas pela literatura, dentre eles Basu (1997), Givoly e Hayn (2000) e Ball e Shivakumar (2005).

Basu (1997) é uma das pesquisas seminais no que tange ao tema de conservadorismo. Além das definições apresentadas anteriormente, o autor relatou quatro possíveis formas de se verificar o conservadorismo contábil. São elas:

(i) Os resultados são mais tempestivos em refletir más notícias do que boas notícias. Para isso, o autor utilizou como *proxy* o retorno anual das ações.

(ii) A relação entre lucro e retorno é mais forte que a relação entre lucro e fluxo de caixa das operações. Isso porque os *accruals* carregam as más notícias no resultado corrente.

(iii) Aumentos (boas notícias) no resultado do período tendem a ser mais duradouros, já as reduções (más notícias) tendem a ser temporárias.

(iv) O coeficiente de resposta do lucro é maior quando há boas notícias do que más notícias, em função da maior persistência das boas notícias (aumentos) nos lucros.

Após a realização dos testes empíricos o autor verificou que todas as formas foram confirmadas.

Para Basu (1997) a existência de conservadorismo resulta em diminuição da persistência dos lucros em períodos de más notícias em relação a períodos de boas notícias. Ou seja, quanto mais persistência, menos notícias relevantes atuais são relatadas nos lucros correntes e consequentemente, serão relatados em ganhos futuros. A persistência assimétrica pode ser explicada pelo efeito do conservadorismo sobre a série temporal dos ganhos das empresas.

O modelo de Basu (1997) procura captar o conservadorismo através de antecipações de despesas utilizando-se a relação entre eventos econômicos negativos disponíveis para o acionista e as divulgadas pela contabilidade. A *proxy* utilizada para medir os eventos econômicos negativos do mercado é o Retorno Simples (RS) negativo e o relaciona com o resultado apresentado nas demonstrações financeiras. Ou seja, o modelo de Basu (1997) se baseia na defasagem temporal entre o reconhecimento de receitas e despesas, sua equação é a seguinte:

$$LPA_{it}/P_{it-1} = \beta_0 + \beta_1 RS_{it} + \beta_2 D_{it} + \beta_3 D_{it} * RS_{it} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Em que:

LPAi,t denota o resultado contábil (Lucro/prejuízo) Por Ação da empresa *i* no ano *t*;

Pi,t-1 denota o Preço da ação da empresa *i* à época da divulgação contábil referente ao ano *t-1*;

RSi,t denota o Retorno Simples da ação (Pi,t/Pi,t-1) da empresa *i* à época da divulgação contábil referente ao ano *t*;

Di,t denota uma variável *Dummy* que assume valor 1 quando RS<0 e valor zero quando RS>0;

εi,t é o termo de erro;

Através dessa equação é possível mensurar o grau de associação entre a informação contábil e a analisada pelo mercado acionário. Caso a informação contábil

associa as informações ruins mais rapidamente que o mercado (RS negativo) existiria evidências de conservadorismo.

As análises dos coeficientes determinam a verificação das evidências de conservadorismo. Ao se analisar o coeficiente β_1 que mensura a velocidade do retorno econômico do resultado contábil. Ou seja, quanto maior o valor e sua significância, maior a indicação de que as informações contábeis são tempestivas, espera-se que o coeficiente seja sempre positivo, esse resultado pode ser um indicativo de conservadorismo (ANTUNES & MEDEIROS, 2011).

Já o β_2 apura a defasagem temporal entre o reconhecimento contábil de eventos econômicos, sejam eles bons ou maus, já absorvidos pelo mercado através do preço das ações. Quanto maior e mais significativo o valor do coeficiente maior a evidência de conservadorismo contábil, espera-se sempre um coeficiente negativo.

O coeficiente β_3 mede a intensidade da defasagem temporal entre o reconhecimento dos eventos econômicos. Valores maiores e mais significativos indicam maior grau de conservadorismo, o sinal esperado é positivo.

Para medir a diferença entre a velocidade do reconhecimento de más e das notícias em geral é utilizado a diferença entre os coeficientes $\beta_3 - \beta_1$, valores positivos e maiores indicam evidências de conservadorismo.

Outros pesquisadores que desenvolveram modelos para medição do conservadorismo foram Givoly e Hayn (2000), que investigaram séries temporais dos resultados, fluxo de caixas operacionais e os *accruals* para verificar possíveis aumentos nos níveis de conservadorismo, no período de 1950 e 1998. Os autores acreditam que o acúmulo de *accruals* negativos seria um indicativo de conservadorismo, visto que, ao longo do tempo a tendência seria de que os *accruals* fossem revertidos. A proposta é baseada na premissa dos *accruals* não operacionais, esses seriam derivados de gastos com reestruturação, provisões para devedores e suas reversões, ganhos ou perdas na venda de ativos, deferimentos de receitas. A permanência dos *accruals* negativos ao longo do tempo trás evidências de conservadorismo. A lógica de utilização dos *accruals* negativos como medida de conservadorismo é a de que utiliza esses mecanismos para adiar o reconhecimento dos eventos econômicos positivos e acelerar o reconhecimento dos eventos negativos (WANG, 2009).

$$NA = ACT - ACO \quad (2)$$

Onde:

NA são *Accruals* negativos; *ACT* são os *Accruals* totais; *ACO* são os *Accruals* operacionais.

Os *accruals* totais são calculados pela seguinte equação:

$$ACT_{it} = LL_{it} + Dep_{it} - FCO_{it} \quad (3)$$

Onde:

ACT são os *accruals* totais antes das depreciações; *LL* é o Lucro Líquido; *Dep* é a Depreciação; *FCO* é o Fluxo de Caixa Operacional.

Para o cálculo dos *accruals* operacionais utiliza-se a equação 4:

$$ACO_{it} = \Delta CReb_{it} + \Delta Est_{it} + \Delta DAnt_{it} - \Delta Cpag_{it} - \Delta Ipag_{it} \quad (4)$$

Onde:

ACO são os *accruals* operacionais; ∆*CReb* é a variação nas contas a receber; ∆*Est* é a variação do estoque; ∆*DAnt* é a variação em despesas antecipadas; ∆*Cpag* é a variação do contas a pagar; e ∆*IPag* é a variação nos impostos a pagar.

Já Ball e Shivakumar (2005) analisaram a assimetria de reconhecimento entre ganhos e perdas, em empresas de capital aberto e fechado, do período de 1989 a 1999. No modelo proposto pelos autores o conservadorismo é verificado em função da reversão dos resultados contábeis, possibilitando o reconhecimento de componentes transitórios dos ganhos ou perdas. Desta forma, a menor frequência de reconhecimento de perdas oportunas está ligada a menor qualidade das demonstrações contábeis. Nos resultados, os autores verificaram que as empresas listadas na bolsa teriam maior nível de conservadorismo.

Ball e Shivakumar (2005) utilizam dois métodos para analisar o papel econômico do reconhecimento oportuno das perdas e sua relação com o conservadorismo. Para isso, utilizam duas principais métricas: o método de identificação de componentes de transitoriedade do resultado de Basu (1997) e um teste desenvolvido pelos autores que relaciona *accruals* e fluxo de caixa operacional.

Ball e Shivakumar (2005) defendem que a utilização da variação do lucro como variável dependente é possível ter benefícios mais adequados para a verificação dos componentes transitórios do resultado. Em seu modelo, Ball e Shivakumar (2005),

exploram a natureza transitória da receita, ele mede o reconhecimento oportuno dos ganhos e perdas como a predisposição de reversão dos aumentos e diminuições no lucro.

Para verificar esses componentes de transitoriedade do lucro, Ball e Shivakumar (2005) propõe o seguinte modelo básico:

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Em que:

ΔLL_{it} = variação do lucro líquido da empresa i no período t, ponderado pelo ativo total.

D_{it-1} = variável *dummy* que assume 1 quando ΔLL é negativa e 0 para os demais períodos.

$\varepsilon_{i,t}$ = termo de erro com premissa de distribuição normal e variância constante.

Os ganhos têm seu reconhecimento postergado até a realização dos fluxos de caixas de períodos subsequentes, o que os torna um elemento persistente na série temporal dos lucros. No entanto, as perdas reconhecidas tempestivamente impactam apenas no resultado atual, tornando-as elemento transitório na série temporal. (Brito & Martins; 2013).

2.3 Conservadorismo x Instituições Financeiras

As instituições financeiras têm papel importante na intermediação financeira pois, de forma geral, influenciam toda a economia e, em caso de problemas de insolvência, afetam também os demais setores econômicos. Por esse motivo, há uma preocupação maior pela academia em relação às práticas contábeis desse setor (Dantas *et al*, 2013).

Costa *et al* (2006) relatam que países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, possuem como principal fonte de recursos para financiamento de operações em geral as instituições financeiras, Zha *et al* (2016) ressaltam ainda a importância desse setor como instrumento utilizado para estabilizar a política monetária do país.

O setor financeiro possui uma predominância de bancos comerciais e cooperativas de crédito. Essas instituições possuem operações financeiras semelhantes, entretanto, as cooperativas de crédito possuem algumas particularidades no que tange a sua organização e seu objetivo, as diferenças são: busca pela satisfação dos associados; o resultado positivo da operação, as sobras, são distribuídas entre os cooperados; são sociedades constituídas por pessoas e não ações; além da democracia e igualdades serem princípios importantes para seu funcionamento (ALMEIDA *et al*, 2018).

As cooperativas de crédito são uma associação de pessoas (voluntárias) que se unem para economizar dinheiro, conceder créditos e principalmente, democratizar a tomada de decisões através dos cooperados (BRESSAN *et al*, 2011; GONÇALVES E BRAGA, 2008; OCB, 2020).

As cooperativas de crédito possuem algumas subdivisões, conforme lei 4434/2015 editada pelo Banco Central do Brasil, são elas singulares, central e confederações. As cooperativas singulares são compostas por no mínimo 20 cooperados, já as centrais ou federações são compostas por pelo menos 3 cooperativas singulares com atividades similares, e as confederações são compostas por pelo menos 3 centrais e prestam serviços para as centrais e as filiadas (RAMOS *et al*, 2018).

Uma outra classificação das cooperativas de crédito é em categorias de acordo com a atividade a ser exercida, são as categorias plenas, clássicas e de capital e empréstimo. As cooperativas de crédito clássicas possuem algumas restrições, como, operações com exposições em outro, moeda estrangeira, variação cambial, *commodities*, ações ou derivativos, além de aplicações de título de seguros de créditos e operações de empréstimos (BACEN, 2015).

Já as cooperativas de crédito de capital e empréstimo, possuem as mesmas restrições da cooperativa clássica e não podem captar recurso por depósitos à vista. No entanto, as cooperativas plenas não possuem restrições em sua operação (BACEN, 2015).

Segundo Diniz (2020) há uma concentração das operações do sistema financeiro nos bancos comerciais, porém, o Banco Central do Brasil tem preocupação com a desconcentração das operações em poucos grandes grupos e tem como meta o incentivo das operações em cooperativas de crédito. Entretanto, é exigido solidez,

credibilidade e capacidade para adentrar nesse mercado e contribuir com a desconcentração, maior concorrência e redução das tarifas. Por isso, a qualidade das informações contábeis nas cooperativas de crédito tem uma grande importância, pois ajuda na atração de novos associados e melhoram sua avaliação junto ao mercado.

Essas empresas estariam também expostas aos mesmos riscos do setor financeiro e os riscos socioambientais, que são inerentes ao relacionamento com os cooperados, funcionários, organizações da região e a sociedade, além de ser regulada pelas resoluções do Banco Central (ALMEIDA *et al*, 2018).

Para Meuer e Marcon (2007) outro fator relevante é de que o desempenho da cooperativa não está apenas ligado ao desempenho econômico, mas também ao seu desempenho social. Ou seja, não há como foco principal a geração de lucro, mas sim o fornecimento de serviços e produtos ao melhor preço possível e melhor nível de qualidade para seus cooperados.

No entanto, há uma necessidade de resultados positivos que assegurem tanto a continuidade da empresa, bem como a prestação de contas da administração com os *stakeholders* (ALMEIDA *et al*, 2018).

Segundo Pavão *et al* (2012) os cooperados seriam *stakeholders* primários de uma cooperativa e haveria uma relação de interdependência entre eles, devida a influência exercida e sofrida entre cooperado e cooperativa.

Ulrich *et al* (2000) veem como primordial um equilíbrio nos resultados da cooperativa a fim de satisfazer os *stakeholders*. Bressan *et al* (2016) constatou que embora as cooperativas de crédito não tenham fins lucrativos, a sobra poderia ser vista como um indicador de solidez o que justificaria o gerenciamento de resultados por meio de suavização dos lucros utilizando-se das perdas de créditos de liquidação duvidosa.

A luz da Teoria da Firma, as empresas teriam como prioridade a geração de riqueza para os seus acionistas, os *shareholders* (COUTO, 2020). Essa prioridade por gerar riquezas seria uma das grandes diferenças entre os bancos e as cooperativas de crédito. Porém, segundo Magalhães (2010) os bancos passam por um desafio de se adequar a um novo contexto social e político, onde questões sociais auxiliam a legitimação de seus negócios. E por isso, essas empresas têm aberto maior diálogo e uma maior preocupação com seus *steakholders*.

Ainda sobre a Teoria da Firma, considera as relações de uma empresa são um conjunto de contratos com seus agentes econômicos, explícitos e implícitos (BRITO, LOPES E COELHO 2008). Segundo os autores, as informações contábeis seriam medidas de monitoramento dos contratos. Para Watts (2003) a relação contratual interna de uma empresa, agente e principal, poderia ter seus conflitos de interesse reduzidos ao utilizar-se do conservadorismo. Ainda conforme o autor, empresas com práticas contábeis conservadoras teriam um maior apoio dos órgãos reguladores.

Órgão reguladores que tem grande atuação no mercado, a fim de garantir que as companhias exerçam suas atividades sem trazerem riscos a economia, como é o caso do setor financeiro, que poderiam causar uma crise financeira em toda a economia de um país (LEVINE, 2004).

Há uma preocupação dessas instituições financeiras em atenderem as exigências dos órgãos reguladores. O reconhecimento oportuno das perdas e os atrasos nos reconhecimentos dos lucros podem afetar os índices de lucratividade da instituição bancária e podem inclusive determinar a intensidade do monitoramento pelos órgãos reguladores (ALABBAD, 2016).

No que tange as normas contábeis do setor, essas instituições devem seguir o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), nesse plano são apresentados os critério e procedimentos contábeis a serem utilizado pelas instituições financeiras. Através do Cosif, o Banco Central, unifica os planos contábeis e padroniza os procedimentos de registro e elaboração das demonstrações financeiras, facilitando a avaliação e análise do desempenho das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (BACEN, 2021).

Fatores externos como governança e órgãos reguladores podem influenciar a qualidade da informação contábil (WATTS, 2003; BALL & SHIVAKUMAR, 2005). Essa diminuição na qualidade da informação é responsável pelo aumento da assimetria informacional. Segundo Arruda et al (2015) as companhias de capital aberto tendem a ter maior problemas com assimetria informacional, tanto pela composição com grande número de acionistas, quanto pela pressão por melhores resultados nos seus indicadores econômicos.

Diante do exposto, é possível auferir que a pressão por bons resultados dos bancos comerciais seja maior do que em cooperativas de crédito e por esse motivo

essas empresas teriam um maior incentivo por adotar o conservadorismo em suas demonstrações contábeis. Surgindo assim a primeira hipótese de pesquisa:

H1: Cooperativas de créditos são mais conservadoras do que bancos comerciais.

Watts (2003) destaca a importância da aplicação do conservadorismo, como forma de mitigar o viés otimista dos administradores. Estudos sobre conservadorismo são comuns na literatura contábil, porém, como foco no setor financeiro ainda carecem de pesquisas.

Sterzeck (2011) analisou os efeitos da convergência contábil sobre os níveis de conservadorismo condicional nas instituições financeiras listadas na bolsa de valores brasileira. O autor pressupõe que a utilização de conservadorismo contábil nas demonstrações seria incentivada pelos órgãos reguladores do setor, na intenção de mitigar riscos. Porém, os resultados foram inconclusivos e não foi possível realizar inferências sobre os efeitos da convergência sobre o lucro contábil.

Já Brito *et al* (2012), verificaram se haveria diferenças entre os níveis de conservadorismo entre bancos estatais e privados entre 1997 e 2010. Os autores identificaram que tanto bancos estatais como privados possuíam indícios de conservadorismo condicional, entretanto, os bancos estatais possuíam maiores níveis em relação aos privados. Os autores acreditam que os gestores de bancos estatais teriam esse viés devido a regulação e fiscalização de diversos órgãos do governo.

Dantas *et al* (2013) afirmam que as variações positivas no lucro são persistentes, porém as negativas são transitórias. Os autores investigaram o conservadorismo condicional no setor bancário do Brasil em situações de maior percepção de risco no período de 2001 a 2010. Em seus resultados confirmaram a hipótese de que as variações positivas são mais persistentes, porém não foi confirmada a expectativa de que em situações de maior risco haveria a prática de conservadorismo. Adicionalmente os autores verificaram que não haveria diferenças significativas entre o nível de conservadorismo de bancos públicos e privados no Brasil.

Segundo Arruda *et al* (2015) não puderam confirmar a hipótese de que as instituições financeiras de capital aberto teriam um maior nível de conservadorismo condicional em relação às empresas de capital fechado no período compreendido entre 1996 e 2013. Em seus achados, a diferença entre os níveis de conservadorismo

não é significativamente diferente entre as companhias abertas e fechadas. No que tange a persistência, foi possível constatar que as companhias de capital fechado possuíam lucros mais persistentes.

Cunha *et al* (2016) se propuseram a verificar se haveria diferença em níveis de conservadorismo condicional entre as demonstrações apresentadas pelas empresas do setor bancário nos modelos propostos pelo Cosif ou IFRS, entre 2010 e 2014. Os autores relataram que as demonstrações com base na IFRS obtiveram maiores níveis de conservadorismo condicional que as demonstrações segundo os padrões do Cosif.

Ribeiro *et al* (2016) tiveram como objetivo de pesquisa buscar evidências de que resultados contábeis de bancos apresentam conservadorismo contábil, com atenção concentrada sobre a estrutura de propriedade, foram analisados os períodos 2003 a 2007 e 2008 a 2012. Em seus resultados, não houve evidências estatísticas de que bancos de capital aberto possuiriam maior nível de conservadorismo que os bancos fechados, corroborando com os achados de Arruda *et al* (2015) que também rejeitaram a hipótese.

Queiroz *et al* (2020) buscaram evidenciar os efeitos dos instrumentos financeiros no conservadorismo nos bancos brasileiros, sendo analisados os períodos de 2009 a 2019. Os autores constataram que bancos com maiores valores de instrumentos financeiros reconhecidos em suas demonstrações possuíam menores níveis de conservadorismo, porém, bancos com menores valores de instrumentos financeiros reconhecidos, possuíam maiores níveis de conservadorismo. Desta forma, puderam pressupor que a adoção as normas internacionais podem reduzir os níveis de conservadorismo contábil, isso devido ao uso do valor justo como base de mensuração.

Aranha (2020) buscou verificar se os efeitos da crise da pandemia do COVID-19 impactaram nos níveis de conservadorismo condicional no setor bancário brasileiro, por isso, foram analisados os períodos entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro de 2020. Em seus resultados o autor encontrou que não houve impacto estatisticamente significativo no nível de conservadorismo condicional após a deflagração da pandemia. Porém, o autor constatou que haveria evidências de conservadorismo nas observações da pesquisa.

Diniz (2020) realizou sua pesquisa com objetivo de analisar as *proxys* de qualidade da informação (gerenciamento de resultados, conservadorismo e

persistência) em cooperativas de crédito. Foram coletados dados da base do banco central dos anos de 2000 a 2018, o autor dividiu também as cooperativas por tamanhos. Ele identificou através do modelo de Ball e Shivakumar (2005) que cooperativas de crédito possuem comportamentos conservadores e que as cooperativas maiores têm maiores níveis de conservadorismo do que as menores. O autor encontrou também que cooperativas maiores possuem maior persistência das sobras divulgadas. E por fim no teste da proxy de gerenciamento de resultados através da PCLD não foram constatados indício de gerenciamento de resultados.

Ainda sobre os trabalhos publicados sobre conservadorismo e instituições financeiras, foi possível verificar uma tendência de uso de modelos econométricos, com destaque para o modelo de Ball e Shivakumar (2005) ampliação do modelo de Basu (1997).

Quadro 1 – População e modelos utilizados na literatura

AUTORES	POPULAÇÃO	MODELO UTILIZADO
Sterzeck (2011)	Instituições financeiras com ações na bolsa de valores brasileira.	Basu (1997)
Brito *et al* (2012)	Bancos comerciais, Bancos Multiplos, Caixa Econômica, Bancos de Investimento ou Desenvolvimento.	Basu (1997); Ball e Shivakumar (2005)
Dantas *et al* (2013)	Bancos comerciais, Bancos Multiplos e Caixa Econômica.	Basu (1997); Ball e Shivakumar (2005)
Arruda *et al* (2015)	Instituições financeiras abertas e fechadas.	Ball e Shivakumar (2005); Dechow e Schrand (2004)
Cunha *et al* (2016)	Bancos obrigados divulgar no padrão Cosif.	Basu (1997); Ball e Shivakumar (2005)
Ribeiro *et al* (2016)	Bancos comerciais, Bancos Multiplos, Caixa Econômica, Bancos de Investimento, Desenvolvimento e Câmbio.	Basu (1997); Ball e Shivakumar (2005)
Queiroz *et al* (2020)	Bancos comerciais, Bancos Multiplos e Caixa Econômica.	Ball e Shivakumar (2005); Cunha *et al* (2016)
Aranha (2020)	Bancos com ações na bolsa de valores brasileira.	Basu (1997)
Diniz (2020)	Cooperativas de crédito	Ball e Shivakumar (2005)

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

3 MÉTODOLOGIA

A finalidade da pesquisa é caracterizada como uma pesquisa aplicada, pois ela tem como objetivo investigar sobre determinado assunto a fim de adquirir novos conhecimentos que serão usados a curto e médio prazo para a solução ou entendimento de um problema. (MENDONÇA, ROCHA e NUNES, 2008)

Nesse sentido o objetivo da pesquisa será descritivo, pois visa analisar e descrever as características e funções do objetivo de estudo, não contendo interferência do pesquisador. (MENDONÇA, ROCHA e NUNES, 2008)

Quanto a abordagem do problema será feita de forma quantitativa, onde iremos apresentar os números que comprovam a relação entre bancos comercias e cooperativas de crédito, apresentaremos dados que irão permitir a compreensão dos indicadores que serão apresentados de forma que explique a relação entre eles. (MENDONÇA, ROCHA e NUNES, 2008)

Quadro 2 – Resumo da Metodologia

CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA
QUANTO A FINALIDADE
Aplicada: investigar sobre determinado assunto para adquirir novos conhecimentos.
QUANTO AO OBJETIVO
Descritiva: analisar e descrever as características e funções do objeto de estudo.
QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA
Quantitativa: busca a interpretação dos dados coletados a partir da utilização de fórmulas matemáticas para exemplificar a relação entre os bancos comerciais e as cooperativas.
QUANTO A TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS
Bibliográfica: Utilização de material já publicado e disponível em diferentes fontes.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, (2022)

3.1 Descrição da amostra e tratamento dos dados

O estudo examina uma população de 135 bancos comerciais, classificados no Sistema Financeiro Nacional (SFN) como Bancos Múltiplos, e 884 cooperativas de créditos, também listadas no SFN como cooperativas de créditos (demais

classificações de instituições presentes no SFN não foram levadas em consideração para a definição da população) e serão excluídas as empresas sem todos os dados do intervalo de período de 2015 a 2019 e as cooperativas que passaram por incorporação dentro desse mesmo período, tanto incorporadora quanto incorporada. A utilização do período de cinco anos tem intuito de mitigar os riscos de autocorrelação de memória curta entre as variáveis e riscos de contextos econômicos e outros eventos do passado trazerem ruídos para as observações (WILLIAM & WEI, 2006), os anos de 2020 e 2021 possuem particularidades devido a pandemia da COVID-19 e por isso não foram incluídos na amostra por possuir possíveis discrepâncias em relação aos demais anos.

No que tange as cooperativas de crédito, foram excluídas as cooperativas que foram incorporadas e as incorporadoras, além disso, foram consideradas na amostra apenas as cooperativas Plenas e Clássicas e as entidades que tinham todos os dados dentro do período analisado, restando então 93 cooperativas na amostra.

Quanto aos bancos, após excluir as entidades que não possuíam dados nos anos estudados, restando 124 bancos na amostra. Totalizando então 217 empresas analisadas e 1085 observações.

A coleta dos dados foi realizada através do sistema de consultas disponibilizados pelo Banco Central (https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/encontreinstituicao), coleta realizada entre os dias 15 e 30 de setembro de 2020. Os dados extraídos foram coletados manualmente, visto que, as demonstrações financeiras são digitalizadas. Logo, a coleta seguiu os seguintes passos: Construção de uma planilha de dados brutos extraídos das demonstrações financeiras contidas no sistema do Banco Central e construção do dicionário de dados. Foi realizada uma verificação da qualidade das informações, identificando a presença de dados faltantes em algumas variáveis necessárias para o modelo. Através do Quadro 9 – Autorizações e autorizações societárias encontrado no site do SFN (https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/evolucaosfnmes) foi possível identificar mês a mês as cooperativas que foram incorporadas, assim, as cooperativas citadas foram excluídas da amostra.

Após a consolidação da base de dados, foi realizada a análise descritiva dos dados, através de gráficos e foram utilizados média e mediana para resumir os dados, foi analisado também o desvio padrão e os coeficientes de dispersão da amostra.

O teste de normalidade dos dados foi realizado com base nos pressupostos do Teorema do Limite Central, por existir um número considerável de observações. Se tratando de multicolinearidade foram realizados os testes de correlação entre as variáveis e o cálculo do *Variance Inflation Factor* (VIF) de cada variável, descartando as variáveis com VIF superior a 10. A fim de testar a heterocedasticidade dos resíduos, foi aplicado o teste de Breusch-Pagan.

3.2 Modelos empíricos

Para o alcance do objetivo desse trabalho que é verificar se cooperativas de crédito são mais conservadoras, será utilizado uma adaptação do modelo básico de Ball e Shivakumar (2005) descrito na equação 1. Desta forma, a equação 2 será estimada através de dados em painel. Nas cooperativas não se utiliza o termo lucro, por se tratar de empresa do terceiro setor, o termo utilizado é sobras.

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Em que:

ΔLL_{it} = variação do lucro líquido (sobra líquida) da empresa i no período t, ponderado pelo ativo total.

ΔLL_{it-1} = variação do lucro líquido (sobra líquida) da empresa i no período t-1, ponderado pelo ativo total.

D_{it-1} = variável *dummy* que assume 1 quando ΔLL é negativa e 0 para os demais períodos.

$\varepsilon_{i,t}$ = termo de erro com premissa de distribuição normal e variância constante.

Sob o conceito do conservadorismo condicional, as perdas ou variações negativas do lucro são reconhecidas mais oportunamente nos resultados do que os ganhos ou variações positivas. Para Marques *et al* (2017) o coeficiente igual a zero indica o diferimento de receitas até que tenham o fluxo de caixa realizado, ou seja, os resultados positivos se tornam persistentes, não sendo revertidos. Caso seja menor

que zero, implica indícios que não haveria diferimento dos ganhos e por isso, não existe conservadorismo.

Espera-se que os resultados de seja um valor inferior a 0 ou seja, negativo, pois isso viria a ocorrer quando há o reconhecimento oportuno de perdas. Se for menor que zero, há um reconhecimento oportuno das perdas em relação aos ganhos, ou seja, um comportamento conservador (BALL E SHIVAKUMAR, 2005). Segundo Paulo, Antunes e Formigoni (2008) não há uma predição para os coeficientes lineares e.

Logo, os resultados encontrados através da equação 2, possibilitam uma análise de práticas de conservadorismo condicional em toda amostra, tanto para cooperativas quanto para bancos comerciais.

. Já a equação 3, adicionou-se a variável dummy que determina se a empresa é uma cooperativa, assumindo o valor 1 e 0 caso for banco.

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1} + \beta_4 CoopBC + \beta_5 CoopBC * D_{it-1} + \beta_6 CoopBC * \Delta LL_{it-1} + \beta_7 CoopBC * D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

$CoopBC$ = Variável dummy que assume 1 quando a empresa for uma cooperativa e 0 para bancos comerciais.

Então, através dos resultados obtidos na equação 3, soma-se os coeficientes β_2+β_3+ β_6+β_7, se essa soma for inferior à soma dos coeficientes β_2+β_3 referentes ao modelo original (equação 2) conclui-se que cooperativas de crédito são mais conservadoras que bancos comerciais.

3.3 Dados em Painel

Dados em painel consiste em uma série de *n* observações para dois ou mais períodos, ou seja, as mesmas observações são observadas ao longo do período.

Sterzeck (2011) relata as principais vantagens da utilização de dados em painel, são elas:

- Devido o maior número de observações, a tendência é de que haja muita heterogeneidade nas observações;

- Os dados em painel proporcionam dados mais informativos, mais variabilidade e menos colinearidade;

- O uso de dados em painel permite analisar modelos comportamentais mais complexos;

São três modelos para os dados em painel, efeito *pooling,* efeitos fixos e os efeitos aleatórios. No efeito *pooling,* os coeficientes são constantes ao decorrer do período e entre os indivíduos. Para efeitos fixos os coeficientes angulares são constantes, entretanto o intercepto altera entre os indivíduos. Já para os modelos aleatórios, são as mesmas características dos efeitos fixos, a diferença está no tratamento do intercepto, em que efeitos fixos utiliza-se de parâmetros fixos e efeitos variáveis parâmetros variáveis (STERZECK, 2011).

O modelo de dados em painel pode também ser classificado em balanceado e desbalanceado. No balanceado, o corte transversal possui o mesmo número de observações ao longo do tempo e desbalanceado pode haver diferença entre os indivíduos do painel.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva

A tabela 1, pode-se observar a análise descritiva dos dados, realizada através do software *Stata*. Nessa análise é possível verificar as estatísticas descritivas da amostra final, considerando os dados dos bancos e cooperativas.

Tabela 1 – Análise descritivas $\Delta LL_{i,t}$ de Bancos e Cooperativas

Tipo	Observações	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de variação
Bancos	620	-4,0339	0,9911	-0,0066	0,1954	-29,4358
Cooperativa	465	-1,3812	4,3976	0,0152	0,2685	17,6029
Total	1085	-4,0343	4,3976	0,0027	0,2298	83,7574

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

De acordo com a Tabela 1, os valores da variável independente $\Delta LL_{i,t}$, que é a variação do lucro líquido ponderado pelo ativo total, em bancos foram 620 observações de 124 empresas no período de 2015 a 2019, a média da variável $\Delta LL_{i,t}$ foi de -0,0066, inferior à média de 0,0152 das cooperativas de crédito.

Para a verificação de correlação entre as variáveis, foi realizado o teste da matriz de correlação de Spearman, conforme Tabela 2. Pode-se notar que as variáveis com maior nível de correlação são das variáveis dos betas β_1 com β_2 e β_5 com β_7, sendo ambas as correlações inversas. Essa correlação acontece por se tratarem de variáveis presentes na equação umas das outras.

Tabela 2 – Teste Correlação de Spearman

	β_1	β_2	β_3	β_4	β_5	β_6	β_7
β_1	1,0000						
β_2	-0,8393	1,0000					
β_3	0,2538	-0,2259	1,0000				
β_4	-0,1688	0,0224	0,0211	1,0000			
β_5	0,4772	-0,3121	0,2182	0,4284	1,0000		
β_6	-0,6032	0,3939	-0,2003	0,3911	-0,6307	1,0000	
β_7	-0,4758	0,3191	-0,2241	-0,4272	-0,9972	0,6325	1,0000

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O teste para a verificação de normalidade foi o de Shapiro Francia conforme a tabela 3, pôde-se verificar evidências estatísticas que rejeitam a normalidade da variação dos resultados, em outros termos, o nível de significância foi inferior a 0,05 e considera-se que não siga uma distribuição normal.

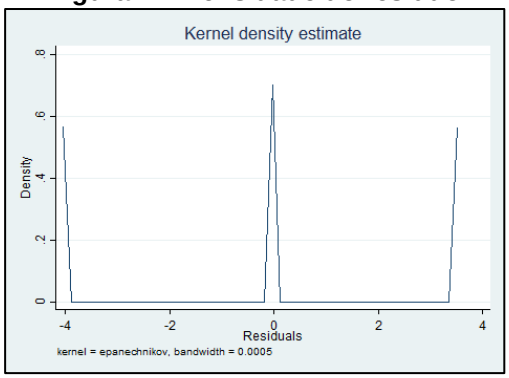
Tabela 3 – Teste de Normalidade de Shapiro-Wilks

Variável	Observações	W	V	Z	Prob> z
$\Delta LLit$	1085	0,1029	646,587	14,913	0,0000

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Através da figura 1, é possível perceber que se trata de dados que a distribuição subjacente não é normal, por tanto, toda a teoria dos modelos longitudinais deve ser revista com cuidado. Será necessário avaliar o uso de modelo misto para a variável assimétrica.

Figura 1 – Densidade do resíduo



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Após os testes de normalidade e rejeitando-se a hipótese de normalidade nos resíduos, foi realizado o teste VIF com o intuito de verificar problemas relacionados a multicolinearidade, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4 – Fatores de Inflação da Variância

Variável	VIF	1/VIF
β_5	2.03	0.492228
β_6	1.80	0.554984
β_1	1.74	0.574270
β_2	1.67	0.597541
β_4	1.59	0.630513

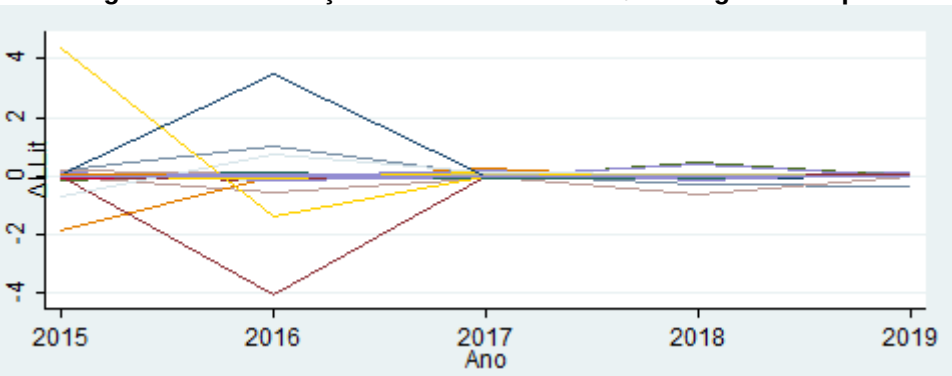
β_7	1.17	0.854526
β_3	1.02	0.983489
Média VIF	1.57	

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Analisando os resultados encontrados na tabela 4 pode-se inferir, conforme argumento de Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009) que mesmo em um cenário rigoroso, que considera problemas de multicolinearidade um VIF superior a 5, o VIF encontrado nas variáveis do modelo não apresentam problemas de multicolinearidade. E através do teste de Breusch Pagan houve a rejeição da hipótese nula de homocedasticidade, logo, considera-se que os resíduos são heterocedásticos.

Foi identificado a presença de *outliers* através do gráfico apresentado na figura 2. No gráfico foi considerado a variável dependente ΔLLit. Nos anos de 2015 e 2016, alguns *outliers* se destacam do restante da amostra e por isso, para retirar os seus efeitos, foram considerados apenas as observações que possuíam valores entre -0,50 e 0,50.

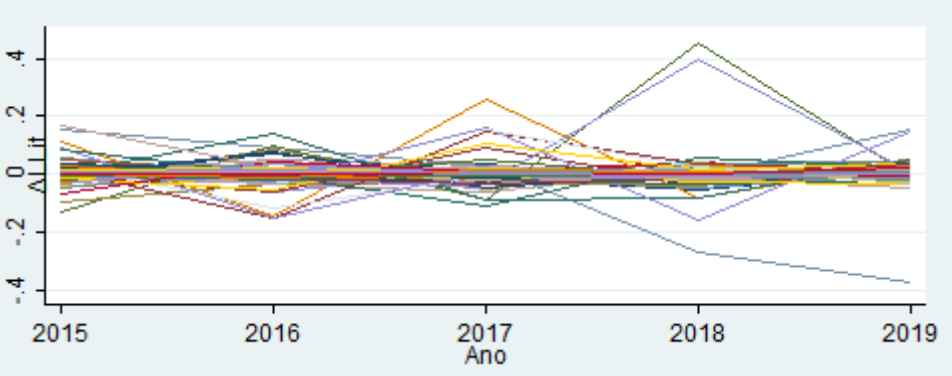
Figura 2 – Distribuição dos valores de *ΔLLit* ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Desta forma, após a retirada dos outliers a dispersão ficou menor conforme apresentado na figura 3.

Figura 3 – Distribuição dos valores de *ΔLLit* ao longo do tempo ajustado entre -0,5 e 0,5



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Após a retirada dos outliers, foi necessário apresentar uma nova estatística descritiva, o número de observações retiradas foram 10, conforme nova tabela apresentada.

Tabela 5 - Análise descritivas $\Delta LL_{i,t}$ de Bancos e Cooperativas sem outliers

Tipo	Observações	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de variação
Bancos	613	-0,3767	0,4560	-0,0030	0,0448	14,6125
Cooperativa	462	-0,0667	0,0850	0,0012	0,0079	6,4393
Total	1075	-0,3767	0,4560	0,0022	0,0342	15,0198

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Para determinar o efeito na regressão, foram realizados testes para verificar qual efeito (fixo, aleatório ou POLS) seria mais adequado para a amostra da pesquisa. No teste de Breusch-Pagan Lagrangian não foi rejeitada a hipótese nula (0,0622), logo entre efeitos aleatórios e POLS, maior adequação para POLS. Através do teste de Hausman foi verificado se o mais adequado seria efeitos fixos ou aleatórios e nesse teste efeitos fixos teriam maior adequação. Por fim, foi feito o teste F de Chow, onde não se rejeitou a hipótese nula e o mais adequado seria POLS.

4.2 Resultados da Regressão

Foi realizada então a regressão da primeira equação com efeitos POLS com Erros-Robustos Clusterizados, conforme tabela 6.

Tabela 6 – Regressão equação 1 do modelo de Ball e Shivakumar (2005)

Variáveis	Coeficiente	Estatística t.	P>|t|	Intervalo de confiança	
D_{it-1}	0,0014	1,5300	0,1260	-0,0004	0,0032
ΔLL_{it-1}	0,0010	0,2800	0,7770	-0,0060	0,0080
$D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1}$	1,0009	700,7100	0,0000	0,9981	1,0037
_cons	-0,0013	-1,4100	0,1580	-0,0032	0,0005
R^2	0,7380				
Observações	861				

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O p-value da variável ΔLL_{it-1} (β_2) não obteve significância a um nível de 5%, logo, β_2 não é diferente de zero, estatisticamente. Logo, pode-se afirmar que os resultados positivos não são revertidos nos períodos posteriores, pois haveria o diferimento das receitas até que tenham fluxo de caixa realizado, tornando-se componente persistente do lucro (BALL & SHIVAKUMAR, 2005; MARQUES *et al*, 2017). Resultado que se justifica na pesquisa de Martins *et al* (2021) que descobriu que em mercados emergentes, como é o caso do Brasil, os lucros são persistentes.

O resultado que diverge de Arruda *et al* (2015) e Ribeiro *et al* (2016), que encontraram em sua pesquisa com bancos um coeficiente menor que zero, inferindo justamente que os resultados positivos seriam revertidos em períodos seguintes.

Já o coeficiente β_3 ($D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1}$) apresentou um p-value com significância estatística, porém o sinal positivo, ou seja, maior que zero, não refletindo um reconhecimento assimétrico entre boas e más notícias entre toda a amostra. O sinal positivo de β_3 é um resultado semelhante ao encontrado por Ribeiro et al (2016), em que os autores analisaram o nível de conservadorismo entre bancos com capital aberto e fechado. Arruda et al (2015) não encontrou significância estatística em relação ao β_3.

No cenário internacional AlAbbad (2016) encontraram que o β_3 era significativo e menor que zero, ou seja, os bancos eram mais oportunos em reportar declínios nos ganhos em comparação com os aumentos nos lucros.

Para a verificação do comportamento conservador na amostra, o somatório dos coeficientes β_2 e β_3 deve ser menor que zero, demonstrando um reconhecimento mais oportuno das perdas (PAULO *et al*, 2008). O somatório desses dois coeficientes foi igual a 1,0018 (1,0008 + 0,0010), logo, pode-se inferir que a amostra como um todo não possui comportamento conservador.

O resultado encontrado diverge de pesquisas anteriores realizadas em instituições financeiras (BRITO *et al*, 2012; DANTAS *et al*, 2013; CUNHA *et al*, 2016; RIBEIRO *et al*, 2016; QUEIROZ *et al*, 2020) que encontraram através do somatório de β_2 e β_3 um resultado inferior a zero, atendendo os pressupostos do modelo, em que foi constatado comportamento conservador em bancos. Mas resultado semelhante do encontrado por Arruda et al (2015) que não encontraram evidências de conservadorismo em instituições bancárias.

No caso de cooperativas de crédito, o resultado encontrado na pesquisa diverge do encontrado por Diniz (2020), que encontrou evidências estatísticas de conservadorismo nas cooperativas de crédito analisadas na pesquisa.

Assim como Ribeiro et al (2016), realizou-se a regressão da primeira equação novamente, mas segregando os dois grupos distintos da amostra, bancos comerciais e cooperativas de crédito. Essa análise é demonstrada na tabela 7.

Tabela 7 – Regressão equação 1 separado entre bancos e cooperativas

	Bancos		Cooperativas	
Variáveis	Coeficiente	P>|t|	Coeficiente	P>|t|
D_{it-1}	0,0173	0,2500	-0,0005	0,1020
ΔLL_{it-1}	0,0116	0,2680	-0,0009	0,0000
$D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1}$	1,0029	0,0000	0,9995	0,0000
_cons	-0,0167	0,2700	0,0004	0,1120
R^2	0,0822		0,2746	
Observações	496		370	

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Pode-se verificar que, mesmo efetuando a regressão de forma separada, o coeficiente β_3 é superior a zero em ambos os grupos, mesmo sendo estatisticamente significante, não refletindo reconhecimento assimétrico entre boas e más notícias.

Conforme hipótese da pesquisa, esperava-se que as perdas fossem reconhecidas de forma tempestiva e assimétrica como reduções transitórias do lucro, o que implicaria α3 < 0 e α2 + α3 < 0. Porém, em ambos os grupos de empresa isso não foi possível de encontrar.

Como exposto anteriormente, o resultado encontrado, tanto para o grupo de bancos, quanto para o grupo de cooperativas, diverge de pesquisas anteriores (BRITO

et al, 2012; DANTAS *et al*, 2013; CUNHA *et al*, 2016; RIBEIRO *et al*, 2016; QUEIROZ *et al*, 2020, DINIZ, 2020).

Para verificar a diferença entre os níveis de conservadorismo entre bancos comerciais e cooperativas de crédito como a pesquisa propõe, foi estimada a equação 3, adaptação da equação 2, incluindo a dummy de cooperativas. Os resultados estão apresentados na tabela 7.

Tabela 8 – Regressão equação 2 do modelo de Ball e Shivakumar (2005)

Variáveis	Coeficiente	Estatística t.	P>|t|	Intervalo de confiança	
D_{it-1}	0,0033	1,8400	0,0650	-0,0002	0,0067
ΔLL_{it-1}	0,0025	0,4100	0,6830	-0,0094	0,0143
$D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1}$	1,0009	485,0400	0,0000	0,9968	1,0049
$CoopBC$	0,0036	1,9400	0,0530	0,0000	0,0072
$CoopBC * D_{it-1}$	-0,0037	-2,0800	0,0370	-0,0073	-0,0002
$CoopBC * \Delta LL_{it-1}$	-0,0036	-0,5900	0,5560	-0,0154	0,0083
$CoopBC * D_{it-1} * \Delta LL_{i,t-1}$	0,0011	9,0600	0,0000	0,0008	0,0013
_cons	-0,0031	-1,7000	0,0900	-0,0067	0,0005
R^2	0,7381				
Observações	861				

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Com relação à hipótese da pesquisa, é possível afirmar que o coeficiente β_7 é estatisticamente significativo, porém maior que zero (0,0011), logo evidencia que as cooperativas de crédito apresentam menor reconhecimento oportuno das perdas em relação aos bancos comerciais. Comparando os betas, conforme proposta original de Ball e Shivakumar (2005) a soma de β_2 e β_3 é igual a 1,0018, já a soma de β_2, $\beta_3, \beta_6 e\ \beta_7$ é igual a 1,0008, logo não é possível afirmar a existência de maior nível de conservadorismo entre bancos comerciais e cooperativas de crédito, pois o intervalo de confiança da soma dos coeficientes se cruza, conforme tabela 7.

Tabela 9 – Soma dos Coeficientes das equações 1 e 2 do modelo

Variáveis	Coeficiente	P>|t|	Intervalo de confiança	
$\beta_2 + \beta_3$	1,0018	0,0000	0,9956	1,0080
$\beta_2 + \beta_3 + \beta_6 + \beta_7$	1,0008	0,0000	0,9968	1,0049

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os resultados encontrados diferem do encontrado por Paulo et al (2008), que encontraram que os níveis de conservadorismo das companhias de capital aberto eram superiores em relação as de capital fechado, porém foi levado em consideração as 500 maiores companhias em operação no Brasil, entre os anos de 2000 e 2004.

5 CONCLUSÃO

Objetivo dessa dissertação foi a pesquisa busca verificar se o conservadorismo condicional em bancos comerciais e cooperativas de créditos no Brasil se comporta de maneira diferente ou similar. A hipótese da pesquisa seria de que cooperativas de crédito teriam maior nível de conservadorismo.

Após as análises dos resultados, não foi possível confirmar a hipótese da pesquisa, estatisticamente não haveria diferença entre os coeficientes dos dois grupos, bancos comerciais e cooperativas de crédito.

Tal resultado pode se justificar no fato de ambas os grupos de empresa pertencerem ao setor de instituições financeiras e sofrerem pressões relativamente semelhantes no que tange a órgãos de regulação, bem como seus *shareholders*, nas cooperativas os cooperados e nos bancos seus acionistas e investidores.

Analisando também a comparação entre a equação 1 e 2, foi possível verificar não haver evidências estatísticas de conservadorismo condicional em nenhum dos grupos da amostra. Logo, não foi possível concluir que existe conservadorismo na amostra da pesquisa.

Uma das justificativas da falta de evidências de conservadorismo condicional encontrado nas cooperativas de crédito pode ser o fato de que há uma necessidade de resultados positivos, as chamadas sobras, para satisfazer as expectativas dos seus cooperados e o conservadorismo poderia causar a redução desses resultados positivos (DINIZ, 2020).

E em ambos os grupos, poderia existir a necessidade de não divulgar resultados negativos ou uma variação muito grande nos mesmos, pois isso poderia sinalizar ao mercado um risco de crédito, causando problemas junto aos órgãos reguladores, demonstraria ineficiência aos cooperados e acionistas ou até trazer insegurança econômico-financeira para a organização.

Segundo Bressan et al (2016), mesmo as cooperativas sendo entidades sem fins lucrativos o resultado contábil positivo seria de suma importância pois as sobras seriam um indicador de solidez e credibilidade.

Historicamente as instituições financeiras têm apresentado nas pesquisas evidências de gerenciamento de resultado, ou seja, essas empresas gerenciam os

lucros apresentados a fim de atender as expectativas do mercado, principalmente em relação ao desempenho das companhias. Esse gerenciamento acontece através dos *accruals*, principalmente perdas para crédito de liquidação duvidosa, pois possuem maior discricionariedade na mensuração (SOUSA & BRESSAN, 2018).

Como sugestões para pesquisas futuras, analisar o conservadorismo entre empresas que sofrem regulação pelo setor de atuação (ex: BACEN, SUSEP, ANEEL, etc) e empresas que não tenham esse tipo de regulação específica. No quesito pesquisa com cooperativas, sugere-se analisar outros tipos de atividades que não de crédito, porém, falta informações disponíveis dessas entidades.

REFERÊNCIAS

Ahmed, A. S., Billings, B. K., Morton, R. M., & Stanford-Harris, M. (2002). The Role of Accounting Conservatism in Mitigating Bondholder-Shareholder Conflicts over Dividend Policy and in Reducing Debt Costs. *The Accouting Review*, 77(4), 867–890. https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.4.867

Ahmed, A. S., & Duellman, S. (2007). Accounting conservatism and board of director characteristics: An empirical analysis. *Journal of Accounting and Economics*, *43*, 411–437. https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2007.01.005

AlAbbad, A. (2016). Conservadorismo contábil no sistema bancário islâmico. *International Review of Accounting, Banking & Finance*, 8 (1).

Almeida, R. G. de., Neumann, M., Sanches, S. L. R., & Bressan, V. G. F. (2018). Análise da Evidenciação dos Riscos Socioambientais da Confederação Interestadual das Cooperativas ligadas ao Sicredi enquanto prática de Responsabilidade Social Corporativa, à luz da Teoria dos Stakeholders. *XVIII USP International Conference in Accounting*, São Paulo.

Almutairi, A. R., & Quttainah, M. A. (2019). Corporate governance and accounting conservatism in Islamic banks. *Thunderbird International Business Review*, *61*(5), 745–764. https://doi.org/10.1002/tie.22063

Antunes, G., & de Medeiros, O. R. (2011). Modelo de Basu: Especificação Diferente, Mesmo Resultado. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 5(1), 59-71.

Aranha, R. P. de M. (2020). O impacto da crise pandêmica da covid-19 no nível de reconhecimento contábil assimétrico de más notícias: estudo empírico dos bancos na B3. *XX USP International Conference in Accounting*. São Paulo.

Arruda, M. P., Vieira, C. A. M., Paulo, E., & Lucena, W. G. L. (2015). Análise do conservadorismo e persistência dos resultados contábeis das instituições financeiras brasileiras. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(2).

Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness $. *Journal of Accounting and Economics*, *39*, 83–128. https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.04.001

Barros, P. H. D. (2015). Conservadorismo contábil e estrutura de propriedade (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, *24*, 3–37. https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01151.x

Beekes, W., Pope, P., & Young, S. (2004). The Link Between Earnings Timeliness, Earnings Conservatism and Board Composition: evidence from the UK. *Corporate Governance*, *12*(1), 47–59.

Beaver, W. H., & Ryan, S. G. (2005). Conditional and unconditional conservatism: Concepts and modeling. *Review of accounting studies*, 10(2-3), 269-309.

Beyer, A., Cohen, D. A., Lys, T. Z., & Walther, B. R. (2010). The financial reporting environment: Review of the recent literature. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 296-343. https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.10.003

Bliss, J. H. (1924). Management through accounts. *Ronald Press Company*.

Bressan, V. G. F., Santos, L. S. Z., & Bressan, A. A. (2015). Gerenciamento De Resultados Para Evitar Divulgar Perdas: Um Estudo Das Cooperativas De Crédito Filiadas À Confesol. *53º Congresso Da Sober*.

Bressan, V. G. F., Braga, M.J., Bressan, A. A., & Resende Filho, M. de A. (2011). Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Administração,* 46(3), 258-274. https://doi.org/10.5700/rausp1011

Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & da Silva, J. M. (2016). Gerenciamento de resultados em cooperativas no Brasil: Avaliando o Income Smoothing às filiadas do Sicredi. *Advances in Scientific and Applied Accounting,* 283-300.

Brito, G. A. S., Lopes, A. B., & Coelho, A. C. D. (2012). Conservadorismo nos lucros contábeis dos bancos no brasil: a influência do controle estatal. *Revista Universo Contábil*, *8*(4), 19–39. https://doi.org/10.4270/ruc.2012429

Brito, G. A. S., & Martins, E. (2013). Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil. *Brazilian Business Review*, *10*(1), 27–48.

Brown JR. W. D., He, H., & Teitel, K. (2006). Conditional conservatism and the value relevance of accounting earnings: An international study. European Accounting Review, 15(4), 605-626.

Bushman, R. M., & Smith, A. J. (2003). Transparency, financial accounting information, and corporate governance. FRBNY Economic Policy Review, 9(1), 65-87. https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/epr/03v09n1/0304bush.pdf

Bushman, R. M., & Piotroski, J. D. (2006). Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*, *42*, 107–148. https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2005.10.005

Coelho, A. C. D. (2007). Qualidade informacional e Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. 2007. 240p. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Costa, F. M. da, Lopes, A. B., & Costa, A. C. de O. (2006). Conservadorismo em cinco países da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, 17 (41), 7-20. https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000200002

Couto, M. H. D. A. (2020). Value relevance do valor distribuído da demonstração do valora adicionado: análise no mercado brasileiro à luz da teoria dos Stakeholders e Shareholders. *Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Goiás*.

Cunha, E. S. da, Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. (2016). Dois modelos contemporâneos de divulgação financeira na indústria bancária brasileira: qual é mais conservador? *Advances in Scientific and Applied Accounting,* 9(3), 301-317*.* http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2016090304.

Dantas, J. A., Paulo, E., & Medeiros, O. R. De. (2013). Conservadorismos Condicional na Indústria Bancária Brasileira em Situações de Maior Percepção de Risco. *Revista Universo Contábil*, *9*(2), 83–103. https://doi.org/10.4270/ruc.2013214

Degenhart, L., Beckhauser, S. P. R., & Klann, R. C. (2018). Remuneração de Executivos e Conservadorismo Condicional de Empresas Brasileiras. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(2), 160-177.

de Sousa, L. O., & Bressan, V. G. F. (2018). Gerenciamento de Resultados em Bancos: Indícios relacionados à aversão a divulgação de prejuízos. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 6(1), 83-100.

Diniz, M. M. (2020). Qualidade da informação contábil: um estudo das cooperativas de crédito brasileiras. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18300

Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: *Elsevier*.

Ferreira, G. D., Carmo, C. H. S. do, Zanolla, E., & Moura, P. J. P. de. (2020). Qualidade da informação contábil: uma análise bibliométrica das pesquisas com cooperativas. *XX USP International Conference in Accounting*. São Paulo.

Francis, B., Hasan, I., & Wu, Q. (2013). The Benefits of Conservative Accounting to Shareholders : Evidence from the Financial Crisis. *American Accouting Association*, *27*(2).

Gigler, F., Kanodia, C., Sapra, H., & Venugopalan, R. (2009). Accounting Conservatism and the Efficiency of Debt Contracts. *Journal of Accounting Research*, 47(3), 767-797. https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2009.00336.x

Givoly, D., & Hayn, C. (2000). The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: Has financial reporting become more conservative? *Journal of accounting and economics*, 29(3), 287-320. https://doi.org/10.1016/S0165-4101(00)00024-0

Gonçalves, R. M. L., & Braga, M. J. (2008). Determinantes de risco de liquidez em cooperativas de crédito: uma abordagem a partir do modelo logit multinomial. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(4), 1019-1041. https://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552008000400007

Golçalves, T. J. de C., Silva, A. R. P., Pinho, C. M. D., & Januário, A. H. de A. (2020). No Brasil, Conservadorismo Contábil ainda é discutido? *Revista FSA*, 17(7), 89-113. http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.7.5

Guo, J., Huang, P., & Zhang, Y. (2020). Accounting conservatism and corporate social responsibility. *Advances in accounting*, 51, 100501.

LaFond, R., & Watts, R. L. (2008). The information role of conservatism. *Accounting Review*, *83*(2), 447–478. https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.2.447

Lara, J. M. G., Osma, B. G., & Penalva, F. (2014). Information consequences of accounting conservatism. *European Accounting Review*, 23(2), 173-198. https://doi.org/10.1080/09638180.2014.882263

Levine, R. (2004). The corporate governance of banks: A concise discussion of concepts and evidence. *The World Bank*.

Magalhães, R. S. (2010). Lucro e reputação: interações entre bancos e organizações sociais na construção das políticas socioambientais. *Doctoral Thesis*, Ciência

Ambiental, University of São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.90.2010.tde-19082011-201545

Marques, L., Gonçalves, M., & Klann, R. C. (2018). Conservadorismo Contábil: Uma Comparação Entre Setores. *Revista Contabilidade e Controladoria*, *9*(3), 129–142. https://doi.org/10.5380/rcc.v9i3.51123

Martins, O. S., Sousa, R. A. M. D., & Girão, L. F. D. A. P. (2021). Persistência dos dividendos e gerenciamento de resultados em mercados emergentes. *Revista Contabilidade & Finanças.*

Nichols, D. C., Wahlen, J. M., & Wieland, M. M. (2009). Publicly traded versus privately held: implications for conditional conservatism in bank accounting. *Review of accounting studies*, 14(1), 88-122. https://doi.org/10.1007/s11142-008-9082-3

Passos, L. C., & Coelho, A. C. (2019). Conservadorismo condicional em função de demanda e sinalização informacional no mercado brasileiro. *Revista Universo Contábil*, 15(1), 131-150.

Pavão, Y. M. P., Dalfovo, M. S., Escobar, M. A. R., & Rossetto, C. R. (2012). A influência dos stakeholders no ambiente estratégico de uma cooperativa de crédito: efeitos da munificência. *Revista de Ciências da Administração*, 14(34), 24-38.

Paulo, E., Antunes, M. T. P., & Formigoni, H. (2008). Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 48(3), 46-60.

Queiroz, J., Rodrigues, A., Macedo, M., & Szuster, N. (2020). Análise dos efeitos dos instrumentos financeiros no conservadorismo contábil em bancos brasileiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade, 17*(44), 3-16. doi:https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n44p3

Ramos, M. E. (2018). As cooperativas e os regimes do beneficiário efetivo. *Cooperativismo e economía social*, (40).

Ribeiro, D. M., dos Reis, E. M., & da Cunha, J. V. A. (2016). Estrutura De Propriedade E Conservadorismo Condicional Em Instituições Bancárias No Brasil. *Revista Contabilidade e Controladoria*, *8*(3).

Santana, A. G., & Klann, R. C. (2016). Conservadorismo Contábil e a adoção das IFRS: Evidências em empresas brasileiras familiares e não familiares. Enfoque: *Reflexão Contábil,* 35(1), 35-53.

Sousa, L. M., Castro, L. A., Viana Júnior, D. B. C., Domingos, S. R. M., & Ponte, V. M. R. (2018). Conservadorismo condicional e adoção das IFRS : uma análise nas empresas brasileiras de capital aberto. *Enfoque: Reflexão Contábil*, *37*(3), 21–35. https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i3.35390

Sterzeck, G. (2011). Efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

Wang, Z. R. (2009). Accounting conservatism.

Watts, R. L. (2003). Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. *Accounting Horizons*, *17*(3), 207–221.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). Positive accounting theory. https://ssrn.com/abstract=928677.

William, WS, & Wei, S. (2006). Análise de séries temporais: métodos univariados e multivariados. EUA, Pearson Addison Wesley, Segunda edicion. Cap , 10 , 212-235.

Zha, Y., Liang, N., Wu, M., & Bian, Y. (2016). Efficiency evaluation of banks in China: dynamic two-stage slacks-based measure approach. *Omega*, *60*, 60-72. DOI: https://doi.org/10.1016/j.omega.2014.12.008

Zhang, J. (2008). The contracting benefits of accounting conservatism to lenders and borrowers. *Journal of accounting and economics*, 45(1), 27-54. https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2007.06.002.

Zhao, G., Liang, S., & Wang, Y. (2014). China Journal of Accounting Studies Accounting conservatism, and bank loan contracts: Evidence from China. *CHINA Journal Of Accounting Studies*, *2*(3), 200–227. https://doi.org/10.1080/21697213.2014.945131

Zhong, Y., & Li, W. (2016). Accounting conservatism: A literature review. Australian Accounting Review, 27(2), 195-213. https://doi.org/10.1111/auar.12107